



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 10/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024

EXCLUSIVO ÀS BENEFICIÁRIAS DA LC Nº 123/2006, DE 14/12/2006 QUE SE ENQUADRE NA RECEITA DE ME E EPP E ALTERAÇÕES.

Data de abertura da sessão: 24/05/2024 às 8h30min

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

UNIDADES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS/RESPONSÁVEIS: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DA FAZENDA, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA E GABINETE DO PREFEITO

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

RITO PROCEDIMENTAL: COMUM, PREVISTO NO ARTIGO 17 DA LEI 14.133/2021.

ORÇAMENTO SIGILOSO

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BASSANO/RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE FILTROS, ÓLEOS E AFINS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1.º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 13/2024 e alterações, e demais legislações aplicáveis.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia 24 de maio de 2024, às 8h30min, podendo as propostas serem enviadas até às 8h29min, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO/REGISTRO DE PREÇOS

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE FILTROS, ÓLEOS E AFINS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.

1.2. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2. O CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma Eletrônica.

2.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal De Compras Públicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO



3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que satisfaçam integralmente as condições e exigências deste Edital, Termo de Referência e Anexos e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.

3.2. Somente poderão participar desta licitação as microempresas e empresas de pequeno porte, as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007 e o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do item 3.2 deste Edital e do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.4. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.5. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, AS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

3.5.1. Declaração, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 da referida Lei, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1.1. A assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, mesmo que a licitante seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.5.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.5.7. Sob pena de desclassificação, declaração de que a proposta econômica compreende a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

3.5.8. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei, e em outras normas específicas.

3.5.9. Que está previsto o cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Os licitantes, por meio do sistema eletrônico, preencherão a proposta com a descrição do objeto e o valor ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.

4.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



4.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

4.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas após a fase de envio de lances.

4.7. O documento da proposta readequada será solicitado pela Pregoeira após a Fase de Negociação.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total para o item pretendido, indicado em moeda nacional. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, **no máximo, 02 (duas) casas decimais após a vírgula**, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

5.1.2. Marca de cada item ofertado;

5.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

5.1.4. Descrição detalhada do item, de acordo com o objeto do edital.

OBS.: Caso o item ofertado seja produzido/fabricado pelo licitante, deverá ser indicado nos campos Marca/Modelo apenas a expressão "Marca Própria", a fim de não identificar de alguma forma o licitante.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não atendam as especificações exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos de real)**. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.2. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste Edital.

7. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. A proposta final do licitante detentor da melhor proposta deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial:

7.1.1. Deverá ser redigida em língua portuguesa, perfeitamente legível, identificada e assinada pelo representante legal do licitante, enviada em campo próprio do Portal de Compras Públicas, em formato PDF, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

7.1.2. Deverá conter o prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo não seja explícito na proposta, subentender-se-á o prazo aqui definido.

7.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração durante a vigência da ata e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

7.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

7.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com até duas casas decimais, informando o valor unitário e o valor total do objeto, além da marca de cada item ofertado.

7.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.4. O licitante deverá enviar, juntamente com a proposta atualizada, os seguintes documentos (exigência apenas para os óleos - itens 191 ao 207):

a) Registro do produto na ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) ou comprovante de isenção, no caso dos produtos isentos;

b) Boletim técnico dos produtos cotados;

c) Certificação ISO 9001 e 14001;

c) Declaração/documento de qualquer montadora de veículos/máquinas homologando pelo menos 01 (um) produto da marca cotada.



OBS. A não apresentação dos documentos elencados no item 7.4. fará com que a proposta seja desclassificada

7.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. A pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.1.1. Serão desclassificadas as propostas que:

I. contiverem vícios insanáveis;

II. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

III. apresentarem preços inexequíveis;

IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

8.1.2. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.3. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

8.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6. Nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que envie, via sistema, através de campo próprio no Portal de Compras Públicas, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da convocação, os documentos de habilitação, conforme item 9 deste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação do licitante será verificada por meio do Portal De Compras Públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, e à qualificação econômica financeira.

9.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema.

9.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.6. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.7.1. registro comercial, no caso de empresa individual;

9.7.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades



comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
9.7.3. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.7.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.8. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.8.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

9.8.2. prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

9.8.3. prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

9.8.4. prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

9.8.5. prova de regularidade com a Fazenda Municipal, da sede do licitante;

9.8.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do município de Nova Bassano/RS emitida no site www.novabassano.rs.gov.br (*Serviços Online – Tributação – Emitir Certidões*) Obs.1: para empresas não cadastradas, vide item 21.17 do edital; Obs.2: documento de apresentação obrigatória para todos os licitantes;

9.8.7. prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.8.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

9.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.9.1. Certidão Negativa em matéria Falimentar, Concordatária e Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor do Foro da sede da licitante ou emitida na página do Tribunal de Justiça, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data da apresentação do documento.

9.10. OUTROS DOCUMENTOS

9.10.1. Certidão Simplificada da Junta Comercial ou declaração firmada por contador (contendo o número do CRC) para comprovação de que a licitante enquadra-se como beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 (ME, EPP, MEI e cooperativa que se enquadre na receita de ME ou EPP);

9.10.2. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a licitante será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.



10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.6. Na elaboração da decisão acerca do recurso, a Pregoeira e/ou a Autoridade Competente serão auxiliados, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.

10.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10.8. A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única, na forma prevista no inciso II do § 1º do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

11.1.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro do Portal De Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

13.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a ata de registro de preços e/ou contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços e/ou contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação,



para assinatura da ata de registro de preços e/ou contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.4. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a ata de registro de preços e/ou contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços e/ou contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital.

14. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU CONTRATO

14.1. O termo inicial de vigência será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, respeitados os limites dispostos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

15. DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

15.1. Os preços poderão ser alterados, na forma de reajuste em sentido estrito, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto na ata, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, observado o princípio da anualidade.

15.2. Os preços registrados poderão ser reequilibrados em decorrência de fato que eleve o custo dos bens, desde que haja o convencimento do fiscal com base na documentação apresentada pela contratada, sob pena de indeferimento do pedido.

15.3. A resposta aos pedidos de reequilíbrio da ata deverá ser feita em até 30 dias.

16. FORMALIZAÇÃO DO CADASTRO RESERVA:

16.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

16.2. será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.3. O registro a que se refere o item 16.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea "a" do item 16.1 antecederão aqueles de que trata a alínea "b" do referido item.

16.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame.

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra (quando exigida);

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- 17.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 17.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 17.1.6. Fraudar a licitação.
- 17.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 17.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 17.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- advertência;
 - multa;
 - impedimento de licitar e contratar e;
 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - As peculiaridades do caso concreto.
 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - Os danos que dela provierem para a Administração.
- 17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 17.4.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2, 17.1.3 e 17.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7, 17.1.8 e 17.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, a qual poderá ser feita através de publicação na imprensa oficial, através de meios eletrônicos ou, em último caso, através de correspondência devidamente registrada.
- 17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2, 17.1.3 e 17.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7, 17.1.8 e 17.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2, 17.1.3 e 17.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 17.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 17.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 17.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 17.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



17.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DA CARONA

18.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento e aceitação do objeto adquirido, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo responsável pelo recebimento, em conta bancária corrente da empresa, a ser fornecida ao Município.

Obs: Obrigatoriamente, deverá constar o nº da agência e da conta bancária na própria Nota Fiscal, ou juntamente com esta.

19.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

19.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

19.5. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5 % ao mês *pro rata*.

19.6. O Município de Nova Bassano, em sendo o caso, poderá proceder à retenção dos tributos (Impostos, taxas e/ou contribuições) incidentes, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente e os referidos tributos, inclusive quanto à retenção dos valores correspondentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte, nos termos do que preceitua Decreto Municipal nº 49, de 10 de novembro de 2022, e da Instrução Normativa da RFB Nº 1.234/2021.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

20.2. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

20.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

20.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes seu acompanhamento.

20.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



- 21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 21.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.12. O município de Nova Bassano/RS poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 21.13. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 21.14. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 21.15. O Edital estará disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, e www.novabassano.rs.gov.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Departamento de Licitações, na Rua Silva Jardim, 505, Centro, Nova Bassano/RS, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 21.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
- 21.17. As empresas que não possuem cadastro junto ao Município deverão encaminhar seu cartão do CNPJ para os endereços de e-mails fernanda@novabassano.rs.gov.br ou roberta@novabassano.rs.gov.br para que os seus dados sejam cadastrados no nosso sistema e, após, seguir os passos indicados no item 9.8.7 para a obtenção da Certidão Negativa de Débitos com o Município de Nova Bassano.
- 21.18. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- 21.19. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Prata para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Bassano, RS, 07 de maio de 2024.

IVALDO DALLA COSTA
Prefeito Municipal



TERMO DE REFERÊNCIA

1) DESCRIÇÃO DO OBJETO:

O presente termo de referência tem por objeto o registro de preços para o fornecimento de filtros, óleos lubrificantes e afins para os veículos e máquinas da frota do município.

A mercadoria cujo fornecimento vier a ser contratado deverá ser entregue no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento da autorização /ordem de fornecimento, em horário de expediente da administração.

A entrega da mercadoria se dará de forma integral ou parceladamente, de acordo com a necessidade do município, de acordo com a programação de compras das unidades administrativas vinculadas ao sistema de registro de preços.

Abaixo seguem os itens e os quantitativos a serem licitados:

Item	Produto	Un	Qtd
1	000136-8 FILTRO COMBUSTÍVEL (ROLO XCMG)	UND	20,0000
2	000142-2 FILTRO DE AR EXTERNO XS12PD (ROLO XCMG)	UND	20,0000
3	000143-0 FILTRO DE AR INTERNO XS122PD (ROLO XCMG)	UND	20,0000
4	002327-2 PRÉ-FILTRO COMBUSTÍVEL C/ ST SENSORIADO (ROLO XCMG)	UND	20,0000
5	002328-0 FILTRO DE ÓLEO MOTOR CUMMINS (ROLO XCMG) ROSCA 1.1/8X16	UND	20,0000
6	002925-4 FILTRO DIESEL (ROLO XCMG)	UND	20,0000
7	3800305M91 FILTRO ELEMENTO EXTERNO SUCÇÃO (MF4297)	UND	10,0000
8	47710533 FILTRO HIDRÁULICO (CASE 175)	UND	15,0000
9	6223614 M1 ELEMENTO EXTERNO FILTRO AR (MF4297)	UND	20,0000
10	6223615 M1 ELEMENTO INTERNO FILTRO AR (MF4297)	UND	10,0000
11	84299977 FILTRO DE COMBUSTÍVEL PRIMÁRIO (CASE 175)	UND	25,0000
12	84299977 FILTRO DE COMBUSTÍVEL SECUNDÁRIO (CASE 175)	UND	25,0000
13	84376814 FILTRO DE AR CONDICIONADO (CASE 175)	UND	25,0000
14	84475542 FILTRO LUBRIFICANTE MOTOR (CASE 175)	UND	25,0000
15	86982522 FILTRO DE AR EXTERNO (CASE 175)	UND	25,0000
16	86982523 FILTRO DE AR INTERNO (CASE 175)	UND	25,0000
17	ADITIVO PARA RADIADOR PRONTO PARA USO ORGÂNICO LONG LIFE NBR 14261 TIPO C BALDE 20 LITROS	UND	50,0000
18	AL203061 FILTRO DE ÓLEO HIDRÁULICO (JOHN DEERE)	UND	8,0000
19	AL221066 FILTRO DE ÓLEO TRANSMISSÃO (JOHN DEERE)	UND	8,0000
20	ARLA 32	L	6.000,0000
21	CJ FILTRO AR CARREGADOR 320 Nº 600-185-3100	UND	20,0000
22	CONJUNTO FILTRO COMBUSTÍVEL A6510902952 (SPRINTER 415)	UND	20,0000
23	ELEMENTO 32/925683 (JCB)	UND	30,0000
24	ELEMENTO 3466688 (CAT)	UND	50,0000
25	ELEMENTO A6511800109 (SPRINTER 415)	UND	25,0000



26	ELEMENTO DO FILTRO A0000903751 (SPRINTER 415)	UND	20,0000
27	ELEMENTO FILTRANTE 332/A9113 (JCB)	UND	30,0000
28	ELEMENTO FILTRO 32/925346 (JCB)	UND	25,0000
29	ELEMENTO FILTRO 32/925682 (JCB)	UND	30,0000
30	ELEMENTO FILTRO 320/A7120 (JCB)	UND	30,0000
31	FILTRO DE AR DO MOTOR G2MJ-9601-HA (RANGER 2.2)	UND	15,0000
32	FILTRO HIDRÁULICO 6223537P (MASSEY 4297)	UND	10,0000
33	FILTRO 2112660 (RETRO CAT)	UND	50,0000
34	FILTRO 3466687/COD NOVO 5280585 (RETRO CAT)	UND	50,0000
35	FILTRO 3619554 (RETRO CAT)	UND	50,0000
36	FILTRO 3621163 (RETRO CAT)	UND	30,0000
37	FILTRO 4178134 (RETRO CAT)	UND	50,0000
38	FILTRO AR 2R0129620E (MICRO NEOBUS)	UND	15,0000
39	FILTRO AR CONDICIONADO 58291079 (ROLO COMPACTADOR BOMAC BW211D-40)	UND	20,0000
40	FILTRO AR CONDICIONADO Nº 7088140 (DOBLO)	UND	20,0000
41	FILTRO AR CONDICIONADO 52102242 (ONIX - SPIN)	UND	65,0000
42	FILTRO AR CONDICIONADO 6938350047 (CAM. ATRON 2729K)	UND	20,0000
43	FILTRO AR CONDICIONADO 8V5118D543AA (FORD KA)	UND	15,0000
44	FILTRO AR CONDICIONADO AKX35603 (SPRINTER 516)	UND	15,0000
45	FILTRO AR CONDICIONADO AL177184 (JOHN DEERE 6100J)	UND	20,0000
46	FILTRO AR CONDICIONADO FORD CARGO 5M3518D543AB (2629, 1723)	UND	25,0000
47	FILTRO AR DO MOTOR 96950990 (SPIN)	UND	20,0000
48	FILTRO AR EXTERNO 05821147 (ROLO COMPACTADOR BOMAC BW211D-40)	UND	20,0000
49	FILTRO AR EXTERNO 2S0/129620 (ÔNIBUS VOLKS)	UND	15,0000
50	FILTRO AR EXTERNO 6211381M1 (7350)	UND	20,0000
51	FILTRO AR EXTERNO A6345280306 (CAM. ATRON 2729K)	UND	20,0000
52	FILTRO AR FAP9112 (SPRINTER 516)	UND	15,0000
53	FILTRO AR INTERNO 05821148 (ROLO COMPACTADOR BOMAC BW211D-40)	UND	20,0000
54	FILTRO AR INTERNO 6211382M1 (7350)	UND	20,0000
55	FILTRO AR INTERNO 2S0/129620/C (ÔNIBUS VOLKS)	UND	15,0000
56	FILTRO AR INTERNO A 6345280206 (CAM. ATRON 2729K)	UND	20,0000
57	FILTRO AR INTERNO BG6X9E673AA (FORD CARGO 1723)	UND	20,0000
58	FILTRO AR MOTOR 94757663 (ONIX)	UND	45,0000
59	FILTRO AR MOTOR 9802348680 (CITROEN JUMPY)	UND	25,0000



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações



60	FILTRO AR MOTOR CN119601CA (FORD KA)	UND	15,0000
61	FILTRO AR MOTOR EXTERNO AL172780 (JOHN DEERE 6100J)	UND	10,0000
62	FILTRO AR MOTOR INTERNO AL150288 (JOHN DEERE 6100 J)	UND	10,0000
63	FILTRO AR PRIMÁRIO 84286397 (845B)	UND	15,0000
64	FILTRO AR XCMG EXTERNO GR 1803 BR 213-5 (GR1803)	UND	15,0000
65	FILTRO AR XCMG INTERNO GR1803BR 214-3 (GR1803)	UND	15,0000
66	FILTRO ARLA 6021101178002 (MICROS VOLARE)	UND	15,0000
67	FILTRO ARLA BH1X9176AA (CARGO 2629 E 1723)	UND	30,0000
68	FILTRO CABINE AB39-19N619-AA (RANGER 2.2)	UND	15,0000
69	FILTRO CATALISADOR N: A0004295795 (ATRON 2729 K)	UND	20,0000
70	FILTRO COMBUSTÍVEL RACOR A9584770015KZ (CAM. ATRON 2729K)	UND	20,0000
71	FILTRO COMBUSTÍVEL RACOR 2R0127177 PSD970/1 (VOLKS 17-180)	UND	15,0000
72	FILTRO COMBUSTÍVEL LONGO 1896287M91 (7350)	UND	20,0000
73	FILTRO COMBUSTÍVEL 036530 R1 (MASSEY 4297)	UND	10,0000
74	FILTRO COMBUSTÍVEL 0986BF0018 OU GI04/7 (DOBLO)	UND	20,0000
75	FILTRO COMBUSTÍVEL 1561200 (RETRO CAT)	UND	50,0000
76	FILTRO COMBUSTÍVEL 1567E1 (AIRCROSS 1.6 FEEL ANO 2016/17)	UND	15,0000
77	FILTRO COMBUSTÍVEL 233000D100 (COROLA)	UND	15,0000
78	FILTRO COMBUSTÍVEL 2V5/201512 (ÔNIBUS VOLKS)	UND	15,0000
79	FILTRO COMBUSTIVEL 320/A7170 (JCB)	UND	30,0000
80	FILTRO COMBUSTÍVEL 5023341 (RETRO CAT)	UND	50,0000
81	FILTRO COMBUSTÍVEL 51720700 (STRADA)	UND	10,0000
82	FILTRO COMBUSTÍVEL 901551 (CAM. ATRON 2729K)	UND	20,0000
83	FILTRO COMBUSTÍVEL 93316245 (ONIX - SPIN)	UND	55,0000
84	FILTRO COMBUSTÍVEL 9801366680 (CITROEN JUMPY)	UND	25,0000
85	FILTRO COMBUSTÍVEL AM559155AB (FORD KA)	UND	15,0000
86	FILTRO COMBUSTÍVEL BH1X9155AA (FORD CARGO 1723 E 2629)	UND	40,0000
87	FILTRO COMBUSTÍVEL C71104207 (845B)	UND	10,0000
88	FILTRO COMBUSTÍVEL CJ286503 (845B)	UND	15,0000
89	FILTRO COMBUSTÍVEL DO MOTOR 11LG-70010 (HYUNDAI 757)	UND	15,0000
90	FILTRO COMBUSTÍVEL GI04/7 (UNO)	UND	15,0000
91	FILTRO COMBUSTÍVEL KU2J-9155-AA (RANGER 2.2)	UND	20,0000
92	FILTRO COMBUSTÍVEL LONGO 1896287M91 (MASSEY 4297)	UND	10,0000
93	FILTRO COMBUSTÍVEL Nº51806073 (PALIO)	UND	20,0000



94	FILTRO COMBUSTÍVEL PRIMÁRIO 84348882 (845B)	UND	20,0000
95	FILTRO COMBUSTÍVEL PRIMÁRIO CARREGADOR 320 Nº 6732-71-6112	UND	25,0000
96	FILTRO COMBUSTÍVEL PSC 75 (FORD 815N)	UND	10,0000
97	FILTRO COMBUSTÍVEL RACOR NºA0004779415 SPRINTER 313	UND	15,0000
98	FILTRO COMBUSTÍVEL SECUNDÁRIO 84412164 (845B)	UND	20,0000
99	FILTRO COMPLETO XCMG SUCÇÃO TANQUE HIDRÁULICO GR180 4058-4 (GR1803)	UND	15,0000
100	FILTRO DA CABINE 67171 (SPRINTER)	UND	20,0000
101	FILTRO DE AR 7082141 (STRADA)	UND	10,0000
102	FILTRO DE AR CONDICIONADO CARREGADOR 320 Nº20Y-979-6261	UND	30,0000
103	FILTRO DE AR 1444VH (AIRCROSS 1.6 FEEL ANO 2016/17)	UND	15,0000
104	FILTRO DE AR 322/F8191 (JCB)	UND	30,0000
105	FILTRO DE AR BG6X9601AA (FORD CARGO 1723)	UND	20,0000
106	FILTRO DE AR BH1X9601AA (CARGO 2629)	UND	30,0000
107	FILTRO DE AR CONDICIONADO 6447XF (CITROEN JUMPY)	UND	20,0000
108	FILTRO DE AR CONDICIONADO Nº 52056627 (CELTA)	UND	15,0000
109	FILTRO DE AR EXTERNO A 7998 (FORD 815N)	UND	20,0000
110	FILTRO DE AR HLP4154 (DOBLO MOTOR E TORQUE)	UND	10,0000
111	FILTRO DE AR INTERNO BH1X9E673AA (CARGO 2629)	UND	30,0000
112	FILTRO DE AR INTERNO AS 820 (FORD 815N)	UND	20,0000
113	FILTRO DE AR Nº2SO 129620 OU ASR9839 (VOLKS 15-180)	UND	15,0000
114	FILTRO DE AR Nº2SO129620A OU ASR839 (VOLKS 15-180)	UND	15,0000
115	FILTRO DE AR Nº93260511 (CELTA)	UND	15,0000
116	FILTRO DE AR NºA6900947004 (SPRINTER 313)	UND	20,0000
117	FILTRO DE AR PRIMÁRIO 6007001743 OU 6007001743003 (VOLARE)	UND	20,0000
118	FILTRO DE AR PRIMÁRIO C71104209(845B)	UND	10,0000
119	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO 6007001744 OU 6007001744001 (MICRO)	UND	20,0000
120	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO C71104208 (845B)	UND	10,0000
121	FILTRO DE AR 4147 (UNO)	UND	15,0000
122	FILTRO DE COMBUSTÍVEL 2PO127177 (MICRO NEOBUS)	UND	15,0000
123	FILTRO DE COMBUSTÍVEL ELEMENTO 6025001187005 (MICROS VOLARE)	UND	20,0000
124	FILTRO DE ÓLEO 1610693780 (CITROEN JUMPY)	UND	25,0000
125	FILTRO DE ÓLEO WOE455 (SPRINTER 516)	UND	15,0000
126	FILTRO DIESEL FCD2189 (SPRINTER 516)	UND	15,0000
127	FILTRO DO AR BF6T/9601/AA (F-350)	UND	15,0000



128	FILTRO DO AR CONDICIONADO C84350712 (845B)	UND	55,0000
129	FILTRO DO AR CONDICIONADO CARREGADOR 320 Nº 427-07-22120	UND	30,0000
130	FILTRO DO AR Nº1780121050 (COROLA)	UND	15,0000
131	FILTRO DO AR Nº51857956 (PALIO)	UND	15,0000
132	FILTRO DO RETORNO HIDRÁULICO 31RF-10600 (HYUNDAI 757)	UND	15,0000
133	FILTRO EXTERNO RACOR 11NA-72011 (HYUNDAI 757)	UND	15,0000
134	FILTRO HIDRÁULICO CARREGADOR 320 Nº 419-60-35152	UND	20,0000
135	FILTRO HST CARREGADOR 320 Nº 418-18-34160	UND	20,0000
136	FILTRO LUBRIFICANTE 05710640 (ROLO BOMAC BW211D-40) PSL962	UND	20,0000
137	FILTRO LUBRIFICANTE TAE 115561 OU PSL 339 (VOLKS 17-180)	UND	15,0000
138	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 283 (FORD 815N E CASE 845B)	UND	60,0000
139	FILTRO LUBRIFICANTE 1109CK (AIRCROSS 1.6 FEEL ANO 2016/17)	UND	20,0000
140	FILTRO LUBRIFICANTE 24588463 (SPIN)	UND	20,0000
141	FILTRO LUBRIFICANTE 46751179 (STRADA)	UND	20,0000
142	FILTRO LUBRIFICANTE 51055017160 (ÔNIBUS VOLKS)	UND	20,0000
143	FILTRO LUBRIFICANTE 6012001078004 (MICROS VOLARE)	UND	25,0000
144	FILTRO LUBRIFICANTE 6219784M1 (MASSEY 7350 E 4297)	UND	30,0000
145	FILTRO LUBRIFICANTE 7W2326 (RETRO CAT)	UND	50,0000
146	FILTRO LUBRIFICANTE 93370535 (ONIX - SPIN)	UND	100,0000
147	FILTRO LUBRIFICANTE BG5X6731AA (CARGO 2629 E 1723)	UND	50,0000
148	FILTRO LUBRIFICANTE C76194572 (845B)	UND	15,0000
149	FILTRO LUBRIFICANTE CARREGADOR 320 Nº6736-51-5142	UND	25,0000
150	FILTRO LUBRIFICANTE Nº A6111800009 (SPRINTER 313)	UND	25,0000
151	FILTRO LUBRIFICANTE Nº BG2X6731BA (F-350)	UND	15,0000
152	FILTRO LUBRIFICANTE Nº7087808 (ELEMENTO) (PALIO E DOBLO)	UND	50,0000
153	FILTRO LUBRIFICANTE Nº93156310 (CELTA/CLASSIC)	UND	20,0000
154	FILTRO LUBRIFICANTE PEL 2002 (CAM. ATRON 2729K)	UND	30,0000
155	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 55 (UNO)	UND	20,0000
156	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 619 (DOBLO)	UND	25,0000
157	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 129 (COROLA)	UND	20,0000
158	FILTRO LUBRIFICANTE W950/26 (845 B)	UND	20,0000
159	FILTRO ÓLEO 320/B4420 (JCB)	UND	40,0000
160	FILTRO ÓLEO DO MOTOR 11N8-70110/LF16480 (HYUNDAI 757)	UND	15,0000
161	FILTRO ÓLEO DO MOTOR JU2Z 6731 A (RANGER 2.2)	UND	20,0000



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações



162	FILTRO ÓLEO G3MJ6714AA (FORD KA)	UND	20,0000
163	FILTRO ÓLEO JZV115403 (MICRO NEOBUS)	UND	15,0000
164	FILTRO PARA CABINE 6214966M1 (7350)	UND	20,0000
165	FILTRO PILOTAGEM HIDRÁULICA 31E3-0018 (HYUNDAI 757)	UND	15,0000
166	FILTRO PÓLEN 6479C2 (AIRCROSS 1.6 FEEL ANO 2016/17)	UND	15,0000
167	FILTRO PÓLEN A906 830 03 18 (SPRINTER 415)	UND	20,0000
168	FILTRO PRÉ-COMBUSTÍVEL 05825015 (ROLO COMPACTADOR BOMAC BW211D-40)	UND	20,0000
169	FILTRO RACOR BH4X9N074AA (CARGO 2629 E 1723)	UND	40,0000
170	FILTRO RACOR ELEMENTO 6013006035007 (MICROS VOLARE)	UND	20,0000
171	FILTRO RESPIRO HIDRÁULICO 31EE-02110 (HYUNDAI 757)	UND	15,0000
172	FILTRO RESPIRO RESERVATÓRIO HIDRÁULICO 320 Nº 207-60-51410	UND	20,0000
173	FILTRO RESPIRO TANQUE HIDRÁULICO 9R9925 (RETRO CAT)	UND	20,0000
174	FILTRO SEPARADOR 11LB-20310/11QA-71040BR-R90-10M (HYUNDAI)	UND	15,0000
175	FILTRO SEPARADOR 23B127177 (MICRO NEOBUS)	UND	15,0000
176	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA 6112006018003 (MICROS VOLARI)	UND	20,0000
177	FILTRO SEPARADOR RACOR PF 420 (FORD 815N)	UND	20,0000
178	FILTRO TRANSMISSÃO 1446691 (CAT 924 K)	UND	15,0000
179	FILTRO TRANSMISSÃO 3790002M1 (7350)	UND	10,0000
180	FILTRO TRANSMISSÃO 3792287M1 (7350)	UND	10,0000
181	FILTRO TRANSMISSÃO 4717003 (RETRO CAT)	UND	30,0000
182	FILTRO TRANSMISSÃO 581/R5206 (JCB)	UND	30,0000
183	FILTRO TRANSMISSÃO ZGAQ-02400 (HYUNDAI 757)	UND	15,0000
184	FILTRO XCMG COMB C/ ST SENSORIADO 4607-8 (GR1803)	UND	15,0000
185	FILTRO XCMG COMBUSTÍVEL XS123, GR180, XE215, XE150BR (GR1803)	UND	15,0000
186	FILTRO XCMG MOTOR XE150BR, XE215BR MODERNO 2328-0 (GR1803)	UND	15,0000
187	FILTRO XCMG RETORNO HIDRÁULICO GR180 312-3 (GR1803)	UND	15,0000
188	FILTRO XCMG SEPARADOR COMBUSTÍVEL GR180/215 729-3 (GR1803)	UND	15,0000
189	FILTRO XCMG TRANSMISSÃO GR1803BR 2801-0 (GR1803)	UND	15,0000
190	GRAXA AZUL NLGI2-HD2-TAMBOR 170 KG	UND	8,0000
191	ÓLEO 10W MTO (RETRO CAT, EMBALAGEM 20 LITROS)	L	2.000,0000
192	ÓLEO 10W30 APIGL4 HIDRÁULICO (EMBALAGEM 20 LITROS)	L	2.200,0000
193	ÓLEO 15X40 API CK-4/SN (MOTOR DIESEL) ESPECIFICAÇÕES: API CK-4, CJ-4, CI-4 PLUS, CI-4, SN; CUMMINS CES 20086;DETROIT DIESEL (DFS) 93K222;DEUTZ DQC III-10 LA;MACK EOS 4.5;MB APPROVAL 228.31;MTU CATEGORY 2.1;RENAULT VI RLD-4;VOLVO VDS-4.5;ACEA E9-16;CATERPILLAR ECF-3;MAN 3575 (EMBALAGEM 20 LITROS)	L	4.200,0000



194	ÓLEO 5W 20 API SN SINTÉTICO	L	150,0000
195	ÓLEO 80 API-G4	L	800,0000
196	ÓLEO 85X140 API-GL5	L	850,0000
197	ÓLEO FLUIDO SAE 20W30/API-GL4 (TANDEM 845B)	L	2.000,0000
198	ÓLEO HIDRÁULICO 46, COM ADITIVO ANTIDESGASTE. ESPECIFICAÇÕES: BOSCH REXROTH; DIN 51524 PARTE 2 HLP; CINCINNATI P-70; PARKER DENISON HF-0; US STEEL 127 (EMBALAGEM 20L)	L	2.000,0000
199	ÓLEO HIDRÁULICO 68, COM ADITIVO ANTIDESGASTE. ESPECIFICAÇÕES: BOSCH REXROTH; DIN 51524 PARTE 2 HLP; CINCINNATI P-69; PARKER DENISON HF-0; US STEEL 127 (EMBALAGEM 20 LITROS)	L	3.700,0000
200	ÓLEO HIDRÁULICO ATF TIPO A (EMBALAGEM 20 L)	L	200,0000
201	ÓLEO LUBRIFICANTE 0W20 API SP ILSAC GF-6 (EMBALAGEM DE 1 LITRO)	L	210,0000
202	ÓLEO LUBRIFICANTE 0W30-API SN ACEA C2/C3 (GASOLINA E DIESEL LEVE)	L	150,0000
203	ÓLEO LUBRIFICANTE 15WX40 API-SN ACEA A3/B3 (MOTOR GASOLINA) (EMBALAGEM 1 LITROS)	L	930,0000
204	ÓLEO MOTOR 5W30 API SN/CF; ACEA A3/B3/B4 (GASOLINA E DIESEL)	L	870,0000
205	ÓLEO Nº 30, API - CF (EMBALAGEM 20L)	L	500,0000
206	ÓLEO Nº90 API-GL5 (EMBALAGEM 20 L)	L	750,0000
207	ÓLEO SAE 10W-40/ACEA-E7, API CI-4, SINTÉTICO (EMBALAGEM 20 LITROS) (ÔNIBUS 15-190)	L	200,0000
208	PRÉ FILTRO COMBUSTÍVEL COMPLETO (000 470 22 90) SPRINTER	UND	15,0000
209	RE 62418 FILTRO DE COMBUSTÍVEL (6100 JOHN DEERE)	UND	50,0000
210	RE59754 FILTRO DE OLEO (JOHN DEERE)	UND	20,0000
211	REFIL FILTRO SEPARADOR 6008099011006 (MICROS VOLARE)	UND	20,0000

2) FUNDAMENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA DA CONTRAÇÃO:

Justifica-se a presente contratação pela necessidade da manutenção dos veículos da frota municipal, sendo essas manutenções preventivas, conforme a necessidade e uso da frota em suas respectivas secretarias.

A modalidade sugerida é Pregão.

3) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Considerando o conjunto de todos os elementos de forma integrada que compõem o presente TR, se espera que a solução pretendida atenda de forma eficiente e eficaz todas as necessidades da demanda.

4) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os serviços têm natureza comum tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a serem exigidos a título de habilitação.

Sempre que possível, o contratado deverá priorizar sistemas produtivos que gerem serviços sustentáveis, respeitando as normas vigentes.

5) EXECUÇÃO DO OBJETO:



Os itens que vierem a ser solicitados deverão ser entregues no parque de máquinas da garagem municipal, na Rua Silva Jardim, nº 824, no horário de expediente da administração.

Os filtros deverão ser originais ou de primeira linha.

Os óleos deverão ter data de fabricação de até no máximo 12 meses a contar da data de entrega, sendo que esta deverá constar na embalagem do produto.

Não serão aceitos lubrificantes refinados, reciclados ou recuperados por qualquer processo químico ou industrial.

Não serão aceitos, no momento da entrega, produtos diferentes daqueles constantes na proposta vencedora.

O objeto a ser entregue deverá estar adequadamente acondicionado, em embalagem lacrada, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

6) GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO:

A gestão e a fiscalização do objeto serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal nº 14/2024, que "*Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Nova Bassano*".

O gestor a ser indicado será o Secretário Municipal de Obras, Sr Jair Palla, já o fiscal será o servidor municipal lotado na Secretaria Municipal de Obras, Sr Ricardo Franceschetti.

7) CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

O pagamento do objeto será efetuado em até 30(trinta) dias a contar da entrega e aceitação dos produtos, com a respectiva nota fiscal, em conta bancária corrente da empresa a ser fornecida ao município.

8) FORMA E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO FORNECEDOR:

O critério de julgamento para a escolha do fornecedor deverá ser o menor preço por item.

No caso dos óleos deverá ser exigido:

Registro do produto na ANP (no caso dos isentos de registro, apresentar comprovação de isenção)

Boletim técnico dos produtos;

Certificação ISO 9001 e 14001;

Declaração de qualquer montadora de veículos/máquinas homologando pelo menos 01 (um) produto da marca cotada.

9) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Conforme prevê o art. 24 da Lei 14.133/2021, solicita-se que a pesquisa de preços realizada em conjunto pelas secretarias solicitantes e pelo Depto. de Compras não seja divulgada para que seja possível a obtenção de uma melhor oferta, visto que o licitante deve elaborar sua proposta com base em seus custos, não necessitando de divulgação do orçamento para adequação de sua proposta.

Os valores estimados estão em sintonia com o praticado no mercado.

10) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Por se tratar de Registro de Preços não há necessidade de indicação de dotação orçamentária.

Nova Bassano, 25 de abril de 2024

RICARDO FRANCESCHETTI
Matrícula nº 568



ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024

PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para o objeto do Pregão Eletrônico nº 06/2024, acatando a todas as estipulações consignadas no Edital e seus anexos, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA

Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e seus Anexos e acatamos suas determinações, bem como informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os nossos custos e quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação.

Validade da proposta: _____

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ **CNPJ/MF Nº:** _____

Fone: _____ **E-mail:** _____

Nome da pessoa para contato: _____

Local e data

Nome completo e assinatura do representante legal
(Carimbo CNPJ)



ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2024

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024

Aos dias do mês de de 202..., nas dependências do Departamento de Licitações da Secretaria Municipal da Administração, situado na Rua Silva Jardim, 505, Centro, em Nova Bassano, RS, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, o órgão gerenciador (OG), em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024** para **REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberação da Pregoeira e Equipe de Apoio, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas participantes da licitação, com critério de julgamento por item, observadas as cláusulas estabelecidas no Edital que regeu o certame, conforme segue:

1. OBJETO

1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços dos itens especificados no Anexo I do processo de contratação indicado no preâmbulo, passando a fazer parte integrante dessa Ata.

2. VALIDADE

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 Conforme art. 83, da Lei nº 14.133/2021, e art. 5º, § 2º, do Decreto Municipal nº 13/2024 e alterações, a Administração não está obrigada a realizar contratação por intermédio dessa Ata, podendo adotar, para tanto, licitação específica para o pretendido, desde que motivadamente, assegurando-se, todavia, a preferência de contratação aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3. DA CARONA

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor (es) e demais informações são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO (MARCA)	QTDE MÁX. PREVISTA/ UNIDADE	EMPRESA (CNPJ E DADOS PARA CONTATO)	VALOR

4.2 Serão incluídos na presente ata, na forma de anexo, os licitantes que aceitarem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, e posteriormente os licitantes que mantiverem a sua proposta original, conforme art. 82, § 5º, VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3 No caso de ser registrado mais de um licitante com o mesmo valor, em preço igual ao do licitante vencedor, ficará assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, conforme dispõe o art. 82, VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4 O pagamento será realizado conforme item 19 do Edital.

5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 As solicitações de aquisição deverão ser efetuadas pela secretaria solicitante, com a quantidade e destino dos bens, e encaminhadas ao Departamento de Licitações para emissão da Ordem de Fornecimento (OF).

5.1.1 Para fins de liberação da contratação decorrente do Registro de Preços, dentro de seu prazo de validade, o órgão gerenciador deverá processar, previamente a esse ato, a consulta e a verificação da disponibilidade de recursos orçamentário-financeiros.

5.2 O Departamento de Licitações enviará à empresa 1ª colocada a Ordem de Fornecimento, preenchida em modelo próprio, datada e assinada, por meio eletrônico ou por outra forma admitida pela Administração, com cópia obrigatória ao Órgão Gerenciador/secretaria solicitante.



5.3 As entregas deverão ser efetuadas no endereço que consta no Termo de Referência e na respectiva OF, em dias úteis.

5.4 O prazo para a entrega, a contar da solicitação, será de até 15 (quinze) dias.

5.5 Os filtros deverão ser originais ou de primeira linha.

5.6 Os óleos deverão ter data de fabricação de até no máximo 12 meses a contar da data de entrega, sendo que esta deverá constar na embalagem do produto.

5.7 Não serão aceitos lubrificantes refinados, reciclados ou recuperados por qualquer processo químico ou industrial.

5.8 O objeto a ser entregue deverá estar adequadamente acondicionado, em embalagem lacrada, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

5.9 Correrão por conta da vencedora todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega dos produtos, além das providências relativas à descarga do material.

5.10 Não serão aceitos, no momento da entrega, produtos de marcas diferentes das registradas.

5.11 Dentro do prazo de vigência da ata, a empresa 1ª colocada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições da ordem de fornecimento e cláusulas do processo de contratação, que precedeu a formalização dessa Ata.

5.12 Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou do termo de referência, ou ainda em desacordo ao contrato, caso celebrado, deverão ser rejeitados pela Administração, em observância ao art. 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e retirados nos seguintes prazos:

a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até 5 (cinco) dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

5.13 A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à instauração de processo administrativo especial para eventual aplicação das sanções previstas pela inexecução.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE LICITANTE E DO PREÇO REGISTRADO

6.1 O licitante que teve seu preço registrado poderá ter seu **registro cancelado** da presente Ata, **com consequente aplicação das penalidades** previstas no edital, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

b) quando o fornecedor não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

c) quando o fornecedor sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 O licitante que teve seu preço registrado poderá ter seu **registro cancelado** da presente Ata, **sem aplicação das penalidades** previstas no edital, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata por fato superveniente à licitação, alheio à sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento seja devidamente comprovado com a respectiva documentação da situação alegada;

b) falecimento do registrado;

6.3 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho da Administração, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4 Na hipótese de cancelamento do registro de fornecedor, a Administração poderá convocar os demais licitantes que compõem o cadastro reserva, em ordem de classificação.

6.5 O licitante que teve seu preço registrado poderá ter o **cancelamento dos preços registrados** da presente Ata, **sem a consequente aplicação das penalidades** previstas no edital, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando por razão de interesse público;

b) quando a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

c) quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, e não houver êxito nas negociações para redução do preço.

6.6 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitas por publicação no diário oficial do Município, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o licitante da ata de registro de preços.



7. PENALIDADES

7.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1 Caberá à Secretaria de Obras e Viação, em especial o servidor Ricardo Franceschetti, matrícula nº 568, proceder à fiscalização rotineira dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações que se fizerem necessárias, conforme previsto no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 Os fiscais estão investidos no dever de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que seja entregue fora dos dias e horários preestabelecidos, conforme dispõe o art. 140, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3 As irregularidades constatadas deverão ser comunicadas ao Secretário da pasta, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sem prejuízo de o próprio fiscal notificar o registrado para adotar as providências necessárias para correção ou, quando for o caso, recomendar ao Secretário a instauração de processo para a aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 O órgão gerenciador promoverá ampla pesquisa no mercado em periodicidade semestral, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição, em observância ao previsto no art. 82, § 5º, IV da Lei nº 14.133/2021.

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

9.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 39311, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

9.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.

9.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OG, em até 24 horas após a ocorrência.

10. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:

10.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

10.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

10.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

10.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

10.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

10.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

10.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.



10.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

10.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11. FORO

11.1 Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Nova Prata/RS

12. CÓPIAS

12.1 Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma para o órgão gerenciador;
- b) uma para a empresa registrada;
- c) uma para publicação no PNCP; e
- d) uma para as secretarias participantes.

E, por assim acordarem, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Administração Municipal, representada pelo OG, abaixo assinado, e pelos representantes das EMPRESAS REGISTRADAS.

Nova Bassano, em ____ de _____ de 20__.

ÓRGÃO GERENCIADOR

REPRESENTANTE EMPRESA

REPRESENTANTE EMPRESA